



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo nº: 23473.000601/2020-11**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 007/2020**

### **1 DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa especializada para a construção de fossa séptica, com emissão de ART, de acordo com o projeto, materiais e quantidades mínimas indicadas em anexo e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender as necessidades do IFC – Campus Blumenau.

### **2 JUSTIFICATIVA**

- 2.1 Com o início das obras de pavimentação do Campus Blumenau descobriu-se uma fossa séptica que os servidores não tinham conhecimento. Como o prédio do IFC – Campus Blumenau teve origem na compra de um prédio já construído, não tinha-se conhecimento dessa fossa séptica. O primeiro passo adotado pela gestão foi a abertura da fossa e limpeza dessa. Em análise no dia 13/02/2019 junto com a Comissão de fiscalização da obra de pavimentação, constatou-se que a fossa séptica está em estado de deterioração avançado, bem como não encontrou-se o filtro dessa fossa. Além disso, a tampa dessa fossa é extremamente pesada. A abertura da fossa séptica só foi possível com a utilização de uma retroescavadeira. Foi tentado a abertura utilizando a força de 4 homens e com ferramentas, por exemplo uma alavanca, mas a tampa nem se mexeu. Considerando que a fossa séptica deve ter limpeza constante, constata-se que em todas as vezes que for necessário a limpeza da fossa séptica, teríamos que realizar a contratação de uma retroescavadeira para realizar a abertura da fossa, gerando gastos substanciais tanto em termos financeiros, quanto em relação a tempo dispendido de servidores com a formalização de processos administrativos. Com essas informações foi solicitado a Coordenação de Projetos e Obras que fosse providenciado projeto para troca da fossa. A ideia era realizar um termo aditivo ao contrato de pavimentação para evitar termos que realizar a pavimentação, fazermos processo para contratar empresa para trocar a fossa, ter que desfazer a pavimentação e ter que pagar para refazer a pavimentação. Com a rescisão do contrato com a empresa Vitor Alves Cardoso Neto Eireli a pavimentação e o termo aditivo não foi finalizado. Considerando a abertura do processo de Dispensa de licitação para contratação de empresa para finalizar as obras de pavimentação e banheiro/lixreira. Considerando que a empresa Paulo Borsatti aceitou finalizar a obra de pavimentação. Considerando que nenhuma empresa aceitou finalizar a obra do banheiro/lixreira. Dessa forma, constata-se a necessidade urgente de realizar a contratação de empresa para trocar a fossa séptica para uma que possua filtro, bem como para não haver o gasto em duplicidade em relação a pavimentação, pois se realizarmos a pavimentação e depois realizarmos a troca da fossa, pagaremos duas vezes pelo serviço de pavimentação.

A modalidade de dispensa de licitação adotada nesse processo está amparada no Art. 24, inciso I da lei 8.666/93.

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;"



### 3 DA VINCULAÇÃO

- 3.1 Este Termo de Referência guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, à Dispensa de Licitação nº 007/2020, à Proposta de Preços da CONTRATADA, ao Contrato e/ou Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº 23473.000601/2020-11 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

### 4 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Contratação de empresa especializada para a construção de fossa séptica, com emissão de ART, de acordo com o projeto, materiais e quantidades mínimas indicadas em anexo e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender as necessidades do IFC – Campus Blumenau, conforme descrito no quadro a seguir:

Item	Qtde	Unidade	Descrição
1	01	Unidade	Construção de fossa séptica, com emissão de ART de acordo com o projeto e materiais e quantidades mínimas indicadas em anexo.

- 4.2 Havendo divergência entre a descrição no Comprasnet/Empenho e o descrito neste Projeto Básico/Termo de Referência, prevalecerá o disposto neste documento.
- 4.3 Deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade:
- 4.3.1 Utilização de matéria prima florestal certificada.
- 4.3.2 Destinação dos resíduos da construção civil conforme resoluções do CONAMA.
- 4.4 Os procedimentos mínimos recomendados para a realização da obra a ser contratada serão os seguintes:
- 4.4.1 Seguir o projeto e a listagem de materiais e quantidades mínimas conforme documentos dos Anexos I e II.
- 4.4.1.1 A lista de materiais mínima a ser utilizada para executar a obra, conforme projeto do Anexo I, consta no Anexo II. Se for necessário mais materiais ou quantidades para executar o projeto o fornecedor deve verificar e considerar quando da execução de sua proposta. Não será aceito solicitação de termos aditivos.
- 4.4.1.2 Apresentação de Declaração de Vistoria do Imóvel, conforme Anexo IV.
- 4.4.1.3 Manter diário de obra e outros documentos solicitados pela Fiscalização.
- 4.4.1.4 Apresentação de Certidão de acervo técnico em nome do profissional responsável, nos quantitativos mínimos elencados a seguir:
- 4.4.1.4.1 Certidão de Acervo Técnico (CAT) de execução de fossa ou tanque séptico maior que 1,9 m<sup>3</sup> ou 1900 litros.
- 4.4.1.5 Apresentação de Declaração de indicação de Engenheiro responsável, acompanhada do comprovante de vínculo e registro no CREA.
- 4.4.1.6 Apresentação de Registro da Empresa junto ao CREA-SC.
- 4.4.2 O prazo para a construção do item contratado será de 30 (trinta) dias contados a partir da Or-



dem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

## 5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 5.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 5.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 5.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 5.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 5.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 5.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 5.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 5.10 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos e notificações expedidas.

## 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 6.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administra-



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

ção em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência/Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 6.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.5 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 6.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 6.7 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 6.8 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 6.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 6.10 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 6.11 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 6.12 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.13 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 6.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.15 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.17 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.18 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.19 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência/Projeto Básico, no prazo determinado.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

- 6.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.21 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 6.22 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis 6.496/77 e 12.378/2010).
- 6.23 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 6.24 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.25 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.26 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.27 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.28 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.30 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.31 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.32 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 6.32.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 6.32.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



- 6.33 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 7 DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 7.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.4 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência/Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 7.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.6 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 7.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.



- 7.13 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 7.14 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 7.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 8 DOS PREÇOS

- 8.1 O custo da presente contratação é de **R\$ 22.296,16 (Vinte e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)**, conforme a proposta mais vantajosa coletada através de pesquisa de mercado, anexada nos autos do processo.

## 9 DO PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 9.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência/Projeto Básico.
- 9.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.4.1 O prazo de validade;
- 9.4.2 A data da emissão;
- 9.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.4.4 O período de prestação dos serviços;
- 9.4.5 O valor a pagar; e
- 9.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 9.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.6.1 Não produziu os resultados acordados;
  - 9.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 9.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 9.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 9.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 9.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 10 DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

- 10.1 Conforme o Art. 62 da Lei 8666/93, é facultativo a Administração substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis, tal como a nota de empenho de despesa, a qual será enviada por e-mail junto com todas as informações necessárias para o fornecedor, caso seja esta a escolha da gestão.

## 11 DA COTAÇÃO DE PREÇOS

- 11.1 O preço a ser praticado consta na proposta comercial encaminhada pela empresa vencedora, bem como no mapa de formação de preços nos autos do processo.

## 12 DO LOCAL DE EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

- 12.1 A execução dos serviços será iniciada após a emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE e deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias.
- 12.2 Os serviços deverão ser prestados no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, endereço Rua Bernardino José Oliveira, 81, Bairro Badenfurt CEP 89.070-270 Blumenau/SC.
- 12.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 12.4 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 12.5 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 12.5.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 12.5.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 12.5.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



- 12.5.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 12.5.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 12.5.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 12.5.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 12.5.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 12.6 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 12.6.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 12.6.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 12.6.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 12.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 12.8 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 12.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência/Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **13 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1 À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, segundo a gravidade da falta cometida, assim considerada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:



- 14.1.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
  - 14.1.2 Multa:
    - 14.1.2.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite de 3 (trinta) dias, observadas as disposições do art. 412 do Código Civil.
    - 14.1.2.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem retro.
  - 14.1.3 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
  - 14.1.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
  - 14.1.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
  - 14.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - 14.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 14.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 14.2.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 14.2.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.2.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7 Caso a Contratante determine a multa, deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal Catarinense.
- 14.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



## 15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 15.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrá no exercício de 2020 à conta do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 170772, Fonte: 8100000000, Elemento de Despesa: 44.90.51-91, PI: L20RLP4100N.

## 16 DA RESCISÃO

- 16.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência assegurará aos contraentes, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo, por rescindindo, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto no item 7, mantendo-se as sanções aplicadas anteriormente.

## 17 DOS ANEXOS

- 17.1 Compõe este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 17.1.1 Anexo I – Projetos e Plantas
  - 17.1.2 Anexo II – Lista de Materiais
  - 17.1.3 Anexo III – Memorial Fotográfico
  - 17.1.4 Anexo IV – Atestado de Vistoria/Declaração de Abstenção de Vistoria
  - 17.1.5 Anexo V – Minuta do Termo de Contrato
  - 17.1.6 Anexo VI – Estudos Preliminares

**Patric Douglas Griseli**  
**SIAPE 1786359**

## APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, aprova o presente Termo de Referência/Projeto Básico para procedimento licitatório dispensável.

Blumenau, 07 de julho de 2020.

**Adelir Fernando Luiz**  
Diretor-Geral  
Portaria nº 101/2020 de 28/01/2020  
D.O.U. de 29/01/2020



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

**ANEXO I – DISPENSA 007/2020**

**PROJETOS E PLANTAS**

## TANQUE SÉPTICO (TS)

HABITAÇÃO:

TIPO DE HABITAÇÃO	NÚMERO DE CONTRIBUINTES (N)	CONTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE DEJETOS (LITROS/PESSOA.DIA)	CONTRIBUIÇÃO TOTAL (LITROS/DIA)
EDIFÍCIO PÚBLICO OU COMERCIAL	50	50	2500
<b>TOTAL</b>			<b>2500</b>

TIPO DE HABITAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE LODO FRESCO (LITROS/PESSOA.DIA)	CONTRIBUIÇÃO TOTAL DE LODO FRESCO (LITROS/DIA)
EDIFÍCIO PÚBLICO OU COMERCIAL	0.20	10
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

DADOS ADICIONAIS:

TEMPO DE DETENÇÃO DE DEJETOS (DIAS)	INTERVALO ENTRE LIMPEZAS (ANOS)	TEMPERATURA MÉDIA DO MÊS MAIS FRIO (°C)	TAXA DE ACUMULAÇÃO DE LODO (DIAS)
0.92	1	15	65

DIMENSÕES:

VOLUME ÚTIL CALCULADO (M³)	VOLUME ÚTIL EFETIVO (M³)	FORMATO DO FILTRO	DIÂMETRO (M)	PROFUNDIDADE ÚTIL (M)	NÚMERO DE CÂMARAS
3,95	4,08407	CIRCULAR	2	1,30	CÂMARAS MÚLTIPLAS (3)

## FILTRO ANAERÓBIO (FA)

HABITAÇÃO:

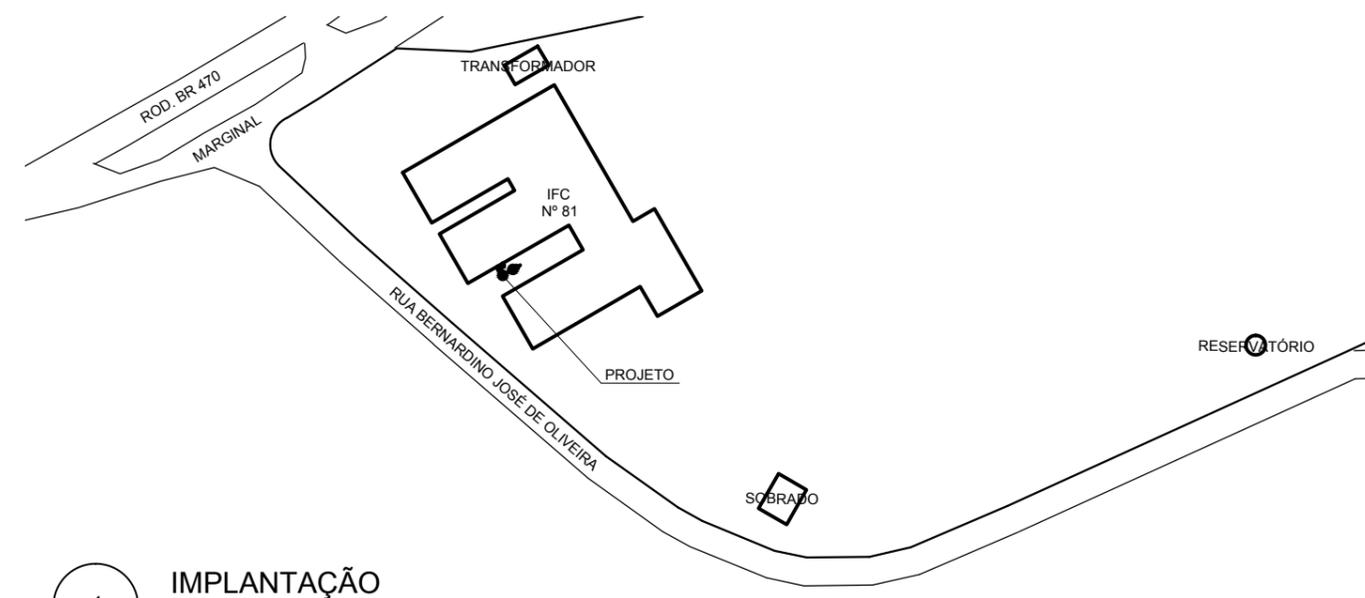
TIPO DE HABITAÇÃO	NÚMERO DE CONTRIBUINTES (N)	CONTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE DEJETOS (LITROS/PESSOA.DIA)	CONTRIBUIÇÃO TOTAL (LITROS/DIA)
EDIFÍCIO PÚBLICO OU COMERCIAL	50	50	2500
<b>TOTAL</b>			<b>2500</b>

DADOS ADICIONAIS:

TEMPERATURA DO MÊS MAIS FRIO	TEMPO DE DETENÇÃO HIDRÁULICA
15°C	0.92 DIAS

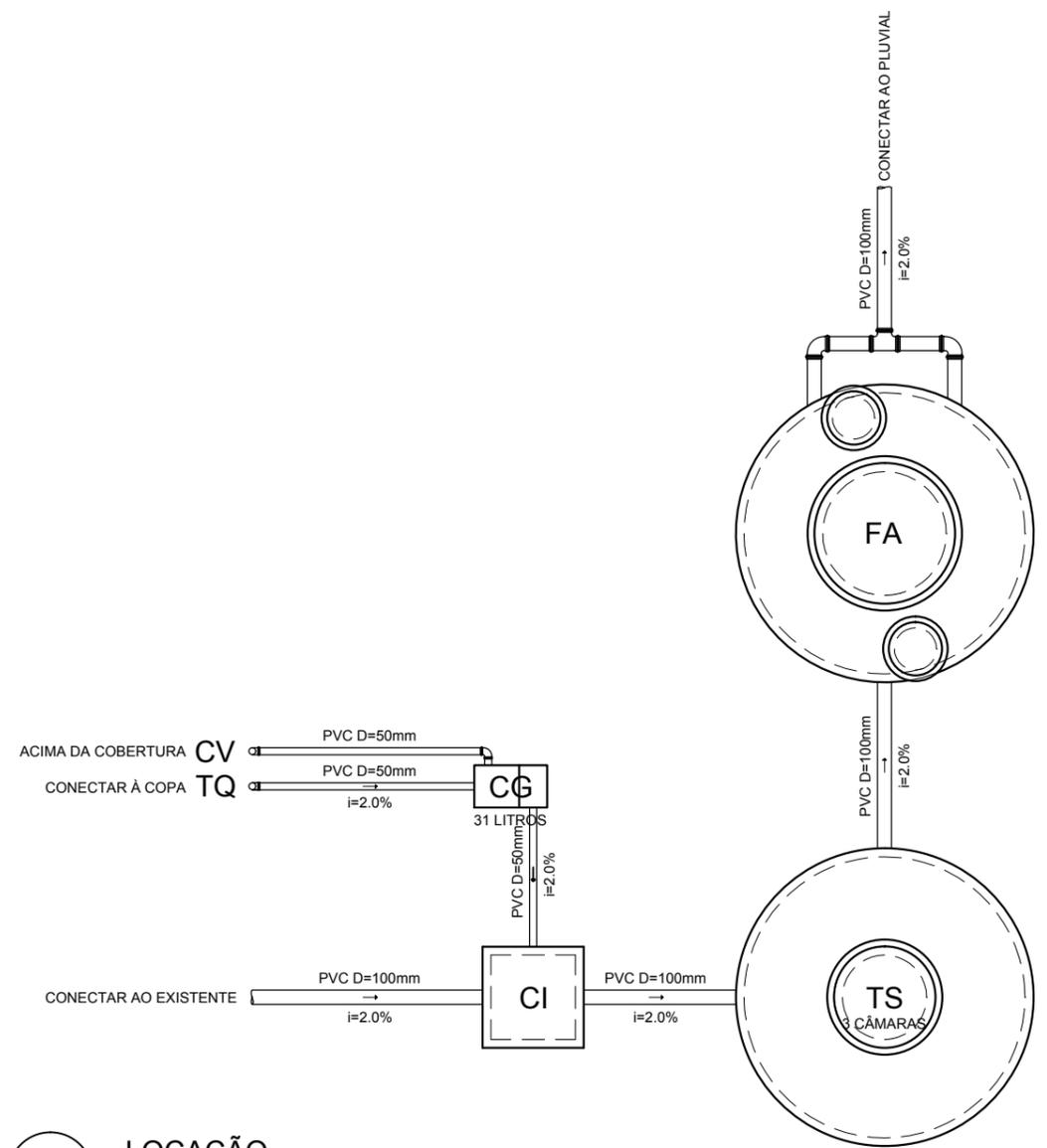
DIMENSÕES:

VOLUME ÚTIL CALCULADO (M³)	VOLUME ÚTIL EFETIVO (M³)	FORMATO DO FILTRO	DIÂMETRO (M)	ALTURA TOTAL DO LEITO (M)	ALTURA DO FUNDO FALSO (M)	ALTURA DO VÃO LIVRE (M)	ALTURA DA CALHA (M)
3,68	3,76991	CIRCULAR	2	1,20	0,60	0,30	0,05



## 1 IMPLANTAÇÃO

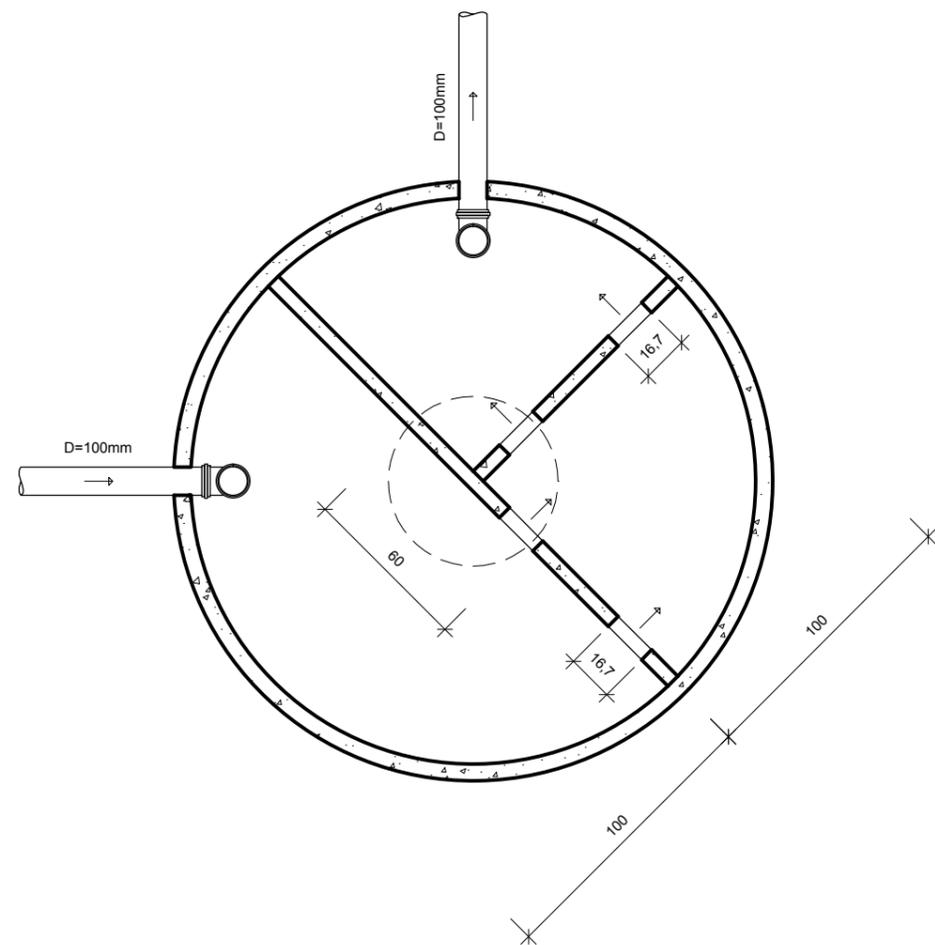
ESCALA: 1/2000



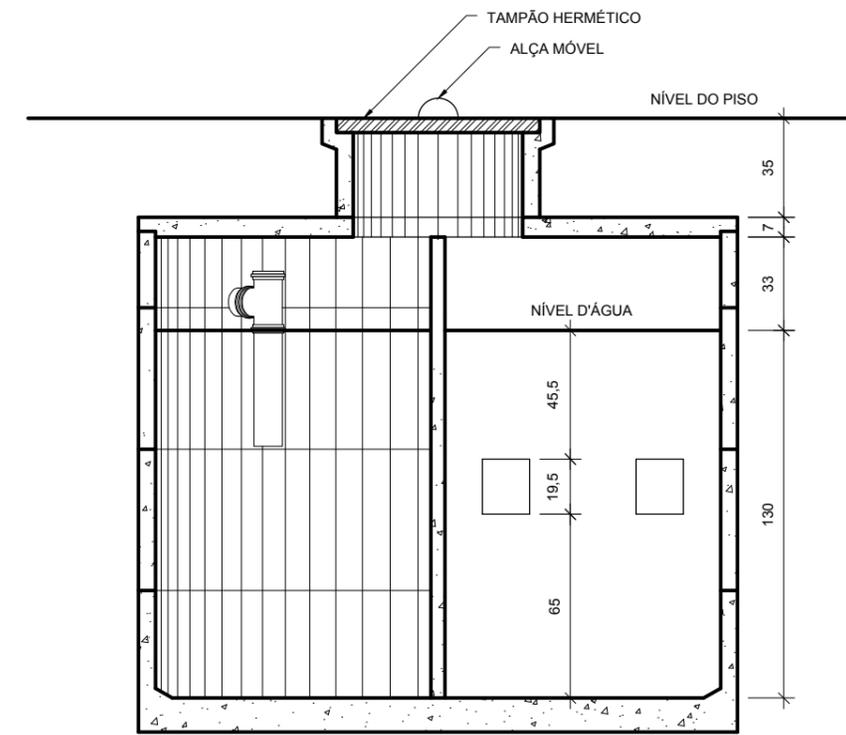
## 2 LOCAÇÃO

ESCALA: 1/50

NOME DO PROJETO		
TRATAMENTO DE EFLUENTES DA ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS BLUMENAU DO IFC		
TÍTULO DO DESENHO		
IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO E MÊMÓRIA DE CÁLCULO		
OBJETIVO DO PROJETO	TIPO DE PROJETO	FOLHA
CONSTRUÇÃO	SANITÁRIO	01
AUTORIA DO PROJETO: CAU A59736-8	ÁREA DO PROJETO	
ARQ. MARCELO BRADACZ LOPES	538,12	
CIDADE - UF	REVISÃO Nº	
BLUMENAU - SC	01	
DATA	ESCALA	REFERÊNCIA
03/2019	1:50	SAN. 01/03

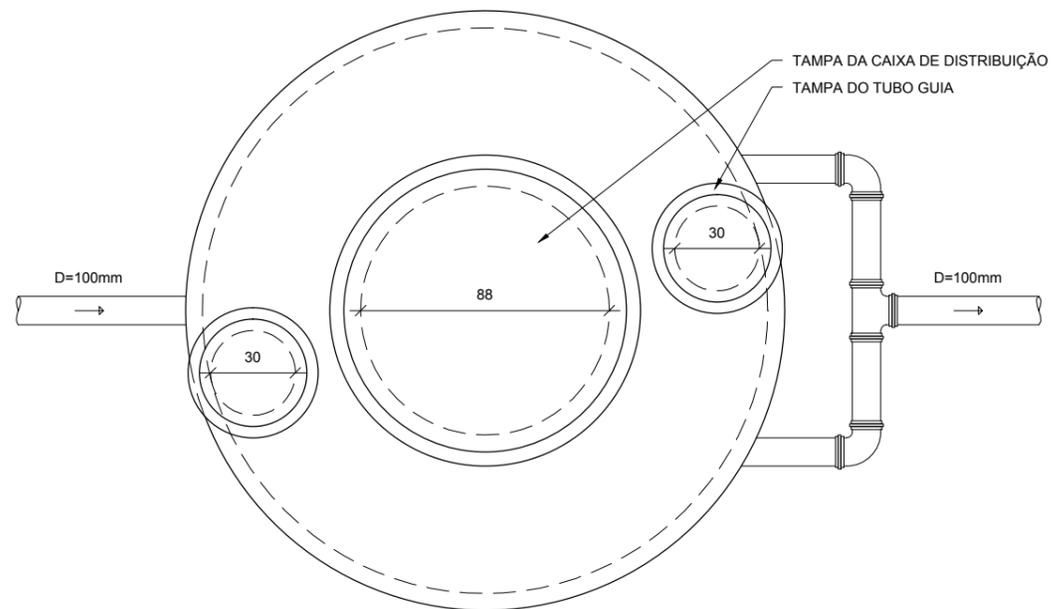


1 TANQUE SÉPTICO (TS) - PLANTA  
ESCALA: 1/25

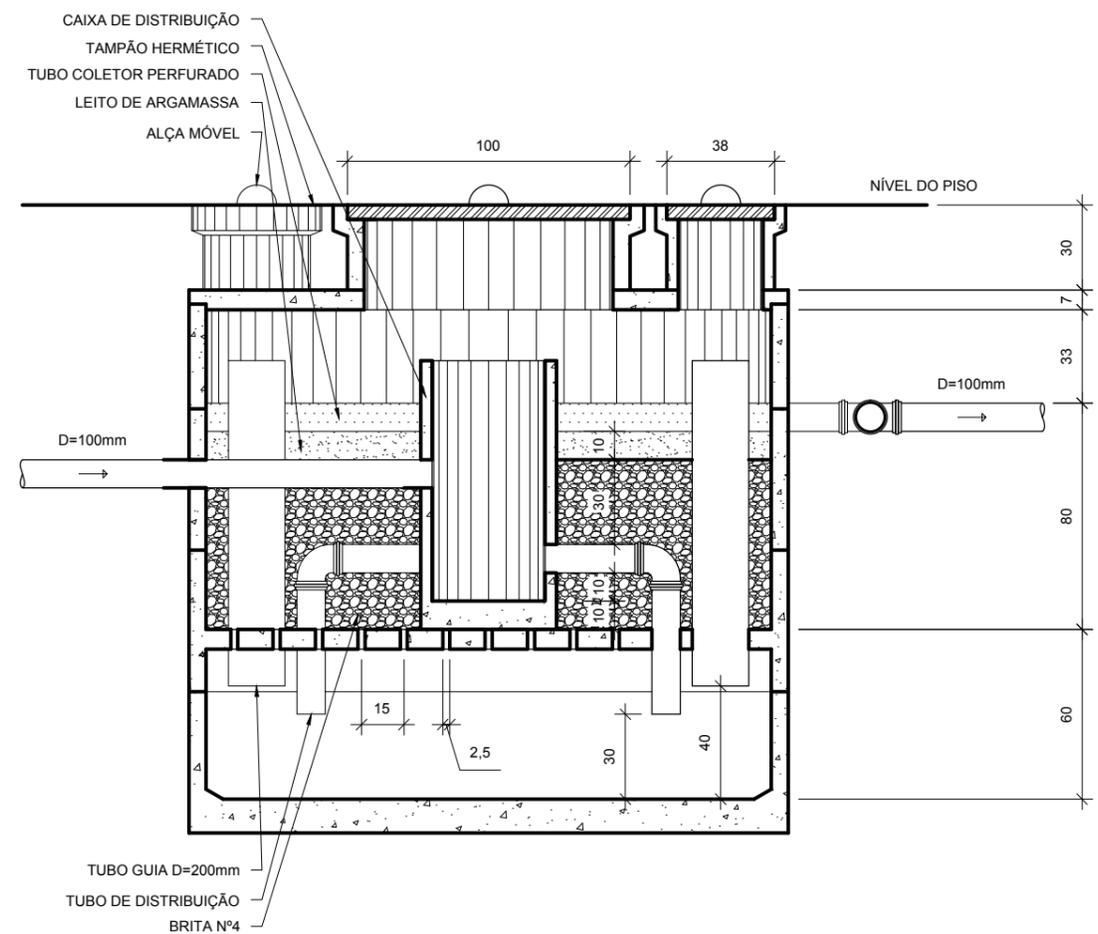


2 TANQUE SÉPTICO (TS) - CORTE  
ESCALA: 1/25

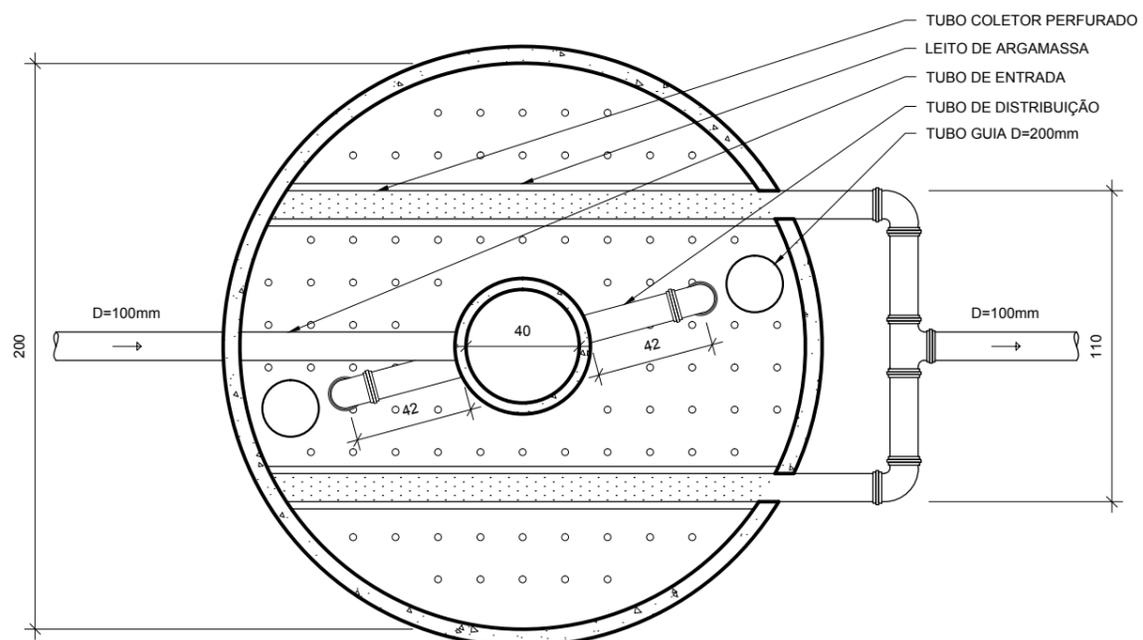
NOME DO PROJETO		
TRATAMENTO DE EFLUENTES DA ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS BLUMENAU DO IFC		
TÍTULO DO DESENHO		
TANQUE SÉPTICO - PLANTA E CORTE		
OBJETIVO DO PROJETO	TIPO DE PROJETO	FOLHA
CONSTRUÇÃO	SANITÁRIO	02
AUTORIA DO PROJETO: CAU A59736-8	ÁREA DO PROJETO	
ARQ. MARCELO BRADACZ LOPES	538,12	
CIDADE - UF	REVISÃO Nº	
BLUMENAU - SC	01	REFERÊNCIA
DATA	ESCALA	SAN. 02/03
03/2019	1:25	



1 **FILTRO ANAERÓBIO (FA) - VISTA SUPERIOR**  
ESCALA: 1/25



3 **FILTRO ANAERÓBIO (FA) - CORTE**  
ESCALA: 1/25



2 **FILTRO ANAERÓBIO (FA) - PLANTA**  
ESCALA: 1/25

NOME DO PROJETO		
TRATAMENTO DE EFLUENTES DA ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS BLUMENAU DO IFC		
TÍTULO DO DESENHO		
FILTRO ANAERÓBIO - VISTA SUPERIOR, PLANTA E CORTE		
OBJETIVO DO PROJETO	TIPO DE PROJETO	FOLHA
CONSTRUÇÃO	SANITÁRIO	<b>03</b>
AUTORIA DO PROJETO: CAU A59736-8	ÁREA DO PROJETO	
ARQ. MARCELO BRADACZ LOPES	538,12	
CIDADE - UF	REVISÃO Nº	
BLUMENAU - SC	01	REFERÊNCIA
DATA	ESCALA	SAN. 03/03
03/2019	1:25	



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

**ANEXO II – DISPENSA 007/2020**

**LISTA DE MATERIAIS**

Quantitativo Tratamento de efluentes da administração do campus Blumenau do IFC - R01

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
Locação convencional de obra com gabarito de tabuas corridas pontaleadas sem reaproveitamento	m <sup>2</sup>	30,00
Escavação mecanizada	m <sup>3</sup>	33,04
Argamassa (cimento e areia), preparo manual, incluso aditivo para nivelamento da base, leito do tubo coletor e acabamento de emendas	m <sup>3</sup>	0,45
Caixa de gordura de acordo com a NBR 8160 com capacidade até a lâmina d'água de 31 litros em plástico prolipropileno com duas galerias sendo uma tampa fixa e outra móvel dotada de cesto com alça e fechamento hermético.	peça	1,00
Caixa de inspeção de esgoto simples de 60x60cm	peça	1,00
Anel pré-moldado de concreto armado liso com fundo diâmetro 2000mm, altura 500mm	peça	2,00
Anel pré-moldado de concreto armado liso diâmetro 2000mm, altura 500mm	peça	6,00
Placa pré-moldada de concreto armado 2000x1550mm	peça	1,00
Placa pré-moldada de concreto armado 1000x1550mm	peça	2,00
Laje pré-moldada de concreto armado perfurado para fundo falso diâmetro 2000mm	peça	1,00
Tubo pré-moldado de concreto armado diâmetro 400mm, altura 1000mm	peça	1,00
Tubo pré-moldado de concreto armado diâmetro 300mm, altura 1000mm	peça	2,00
Tubo rígido PVC esgoto 50mm	m	22,10
Tubo rígido PVC esgoto 100mm	m	16,77
Tubo rígido PVC esgoto 200mm	m	3,00
Terminal de ventilação PVC para esgoto 50mm	peça	1,00
Joelho 90° PVC esgoto 50mm	peça	5,00
Joelho 90° PVC esgoto 100mm	peça	6,00
Tê PVC esgoto 100mm	peça	3,00
Pedra britada nº 4 (50 a 76mm)	m <sup>3</sup>	1,71
Tampa pré-moldada de concreto armado diâmetro 2000mm	peça	2,00
Anel pré-moldado de concreto armado para poço de inspeção diâmetro 600mm, altura 500mm	peça	1,00
Anel pré-moldado de concreto armado para poço de inspeção diâmetro 1000mm, altura 500mm	peça	1,00
Reaterro mecanizado com solo sem substituição	m <sup>3</sup>	15,67
Compactação mecanizada do solo	m <sup>3</sup>	15,67
Carga e transporte de material até bota fora	m <sup>3</sup>	25,62
Cama metálica em perfil L calandrado para tampa diâmetro 380mm	peça	2,00
Cama metálica em perfil L calandrado para tampa diâmetro 720mm	peça	1,00
Cama metálica em perfil L calandrado para tampa diâmetro 1000mm	peça	1,00
Cama metálica em perfil L para tampa quadrada 60x60cm	peça	1,00
Tampa hermética circular diâmetro 380mm	peça	2,00
Tampa hermética circular diâmetro 720mm	peça	1,00
Tampa hermética circular diâmetro 1000mm	peça	1,00
Tampa hermética quadrada 60x60cm	peça	1,00
Alça de ferro removível	peça	1,00



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

**ANEXO III – DISPENSA 007/2020**

**MEMORIAL FOTOGRÁFICO**



**Foto 1 – Vistoria em 13/02/2019**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau



**Foto 2 – Tirada em 08/05/2020 – Local onde será construída a fossa**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

**ANEXO IV – DISPENSA 007/2020**

**ATESTADO DE VISTORIA/DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA**

**ATESTADO DE VISTORIA (OPÇÃO 01)**

Declaro, para fins de elaboração da proposta comercial para o Processo 23473.000601/2020-11 que a empresa/profissional \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ/CPF sob nº \_\_\_\_\_, sediada(o) na \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo

**DECLARAÇÃO DO LICITANTE**

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Licitante

Nome: \_\_\_\_\_

Cédula de Identidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

### **DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA (OPÇÃO 02)**

A empresa/profissional \_\_\_\_\_, sob o CNPJ/CPF nº \_\_\_\_\_ declara para fins de elaboração da proposta comercial para o Processo 23473.000601/2020-11, existente no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, que se ABSTEVE de vistoriar as áreas onde serão executados os serviços, responsabilizando-se por todas as consequências deste ato.

Ciente, que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços, equipamentos e de dificuldades técnicas não previstas

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Licitante e Carimbo



**ANEXO V – DISPENSA Nº 007/2020**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº 00X/2020**

**PROCESSO Nº 23473.000601/2020-11**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 00X/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS BLUMENAU E A EMPRESA XXXX.**

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, ente autárquico, com sede na Rua Bernardino José de Oliveira, 81, Badenfurt, em Blumenau/SC, CEP 89070-270, Fone: (47) 3702-1700, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.635.424/0010-77, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor Aldelir Fernando Luiz, nomeado pela Portaria nº 101/2020, de 28/01/2020, publicada em 29/01/2020, portador da matrícula funcional nº 1801072, e a XXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXX, sediada na XXXXX, Telefones XXXX, E-mails XXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23473.000601/2020-11 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa nº 007/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3 Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES
Contratação de empresa especializada para a construção de fossa séptica, com emissão de ART.	Campus Blumenau localizado na Rua Bernardino José Oliveira, 81, Bairro Badenfurt CEP 89.070-270 Blumenau/SC	1		R\$ XXXX

**2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

- 2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, com início na data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 2.1.1 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.
- 2.2 A execução dos serviços será iniciada, a critério da CONTRATANTE, por emissão de Ordem de Ser-



viço.

2.2.1 O prazo de execução deste contrato é de 30 (trinta) dias, contados a partir do marco supra referido.

2.3 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

### **3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de R\$ XXXX (XXXX).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26422/152254

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170772

Elemento de Despesa: 44.90.51-91

PI: L20RLP4100N

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles



previstos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

- 12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

- 12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

- 13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

- 14.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.



- 14.3 Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.
- 14.4 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.
- 14.5 A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

- 17.1 É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Blumenau/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Blumenau/SC, XX de XXX de 2020.

---

Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau  
Aldelir Fernando Luiz  
Diretor-Geral

---

Empresa  
XXXXX  
Representante legal



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

---

\_\_\_\_\_  
Testemunha:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Testemunha:  
CPF:



## ANEXO VI – DISPENSA 007/2020

### ESTUDOS PRELIMINARES

#### 1. Necessidade da contratação

Com o início das obras de pavimentação do Campus Blumenau descobriu-se uma fossa séptica que os servidores não tinham conhecimento. Como o prédio do IFC – Campus Blumenau teve origem na compra de um prédio já construído, não tinha-se conhecimento dessa fossa séptica. O primeiro passo adotado pela gestão foi a abertura da fossa e limpeza dessa. Em análise no dia 13/02/2019, realizada com a Comissão de fiscalização da obra de pavimentação, constatou-se que a fossa séptica está em estado de deterioração avançado, bem como não encontrou-se o filtro dessa fossa. Além disso, a tampa dessa fossa é extremamente pesada. A abertura da fossa séptica só foi possível com a utilização de uma retroescavadeira. Foi tentado a abertura utilizando a força de 4 homens e com ferramentas, por exemplo uma alavanca, mas a tampa nem se mexeu. Considerando que a fossa séptica deve ter limpeza constante, constata-se que em todas as vezes que for necessário a limpeza da fossa séptica, teríamos que realizar a contratação de uma retroescavadeira para realizar a abertura da fossa, gerando gastos substanciais tanto em termos financeiros, quanto em relação a tempo dispendido de servidores com a formalização de processos administrativos.

Com essas informações foi solicitado a Coordenação de Projetos e Obras que fosse providenciado projeto para troca da fossa. A ideia era realizar um termo aditivo ao contrato de pavimentação para evitar termos que realizar a pavimentação, fazemos processo para contratar empresa para trocar a fossa, ter que desfazer a pavimentação e ter que pagar para refazer a pavimentação.

Com a rescisão do contrato com a empresa Vitor Alves Cardoso Neto Eireli a pavimentação e o termo aditivo não foi finalizado. Na foto em anexo verifica-se que no local onde encontra-se a fossa não foi realizada a pavimentação.

Assim, constata-se a necessidade de realizarmos a troca dessa fossa séptica.

Item	Qtde	Un.	Descrição
1	01	Un	Construção de fossa séptica conforme projeto e lista de materiais e serviços, com emissão de ART.

#### 2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver

Esta necessidade objetiva atender o que se apresenta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC, que traz em seu mapa estratégico 2018-2021 o processo interno detalhado como “Garantir e desenvolver a infraestrutura dos campi”, bem como a meta global específica do “Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica”.

#### 3. Requisitos da contratação

##### a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;

A empresa contratada deverá apresentar:

a) Certidão de acervo técnico em nome do profissional responsável, nos quantitativos mínimos elencados a seguir:

Certidão de Acervo Técnico (CAT) de execução de fossa ou tanque séptico maior que 1,9 m<sup>3</sup> ou 1900 litros.



b) Declaração de indicação de Engenheiro responsável, acompanhada do comprovante de vínculo e registro no CREA.

c) Registro da Empresa junto ao CREA-SC.

**b) No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;**

Não se trata de serviço de natureza continuada.

**c) Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculadas como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;**

Exigir a utilização de matéria prima florestal certificada.

Exigir a destinação dos resíduos da construção civil conforme resoluções do CONAMA.

**d) Avaliar durante a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão;**

Não se aplica.

**e) Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;**

Não se aplica.

**f) Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou a flexibilização destes requisitos;**

1 – Ligação à rede pública de coleta e tratamento municipal;

2 – Sistema de tratamento individualizado conjunto fossa e filtro;

3 – Sistema de tratamento individual por zona de raízes.

**4. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte**

Conforme Anexo I e II – Projeto e tabela com os materiais e quantidades a serem utilizadas.

**5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

**Solução 01: Equipe do IFC realizar os serviços**

Uma das possibilidades para atendimento da demanda em questão é a realização dos serviços pelo profissional de manutenção predial contratado pelo Instituto. Nesta solução, esse profissional sozinho não teria condições de realizar tal obra e no Campus não há servidor contratado para tal atividade. Além disso, a dedicação exclusiva deste profissional acarretaria na paralisação de outras atividades tão importantes quanto esta, como, por exemplo, manutenção do Campus (troca de lâmpadas, pintura, consertos elétricos e hidráulicos, etc).



## **Solução 02: Contratar uma empresa especializada para a realização dos serviços**

A contratação de uma empresa especializada para a realização destes serviços também mostra-se como uma alternativa atrativa à Administração. Desta forma, atende-se tempestivamente às necessidades inerentes a esta demanda, bem como mantêm-se as demais atividades desenvolvidas pelo profissional terceirizado. A contratação de uma empresa especializada, que atenda aos requisitos determinados pela Administração, garante também a celeridade na elaboração da obra, haja vista que essa terá os recursos humanos e materiais para executar tal obra. A escolha atendeu ao item 3.f.2, conforme a seguir:

- 1 – É de conhecimento do campus que não tem rede de esgoto externa que passa nas imediações do IFC. Descartada.
- 2 – Sistema mais comumente utilizado no mercado para tratamento individual, com diversos fornecedores de sistemas pré-fabricados e possibilidade de execução no local. Escolha do campus.
- 3 – Sistema que exige área para o tanque de raízes, o que não é compatível com o local a ser executado, que é a entrada do campus e acesso aos blocos pedagógicos. Descartada.

### **6. Definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais**

**Considerando as especificidades do serviço em tela, sugere-se que as estimativas de preços sejam obtidas por meio de orçamentos com potenciais fornecedores, conforme item 4.**

Deve-se realizar a análise crítica dos preços obtidos, descartando eventuais propostas que não atendam a todos os itens que compõem a solução, bem como eventuais propostas discrepantes. Caso opte-se pela realização de dispensa de licitação em virtude do dispêndio orçamentário da solução, deverá ser contratado o fornecedor detentor da menor proposta, desde que atendidos todos os requisitos que compõem a solução.

### **7. Descrição da solução como um todo**

Contratação de empresa especializada, conforme requisitos técnicos expostos no item 3, a, para a realização de construção de fossa séptica, conforme detalhamento constante no item 1.

### **8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto**

Deverá ser observado o disposto na Lei nº 8.666/93, art. 23, § 1º, no que diz respeito ao parcelamento da solução em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Deste modo, sugere-se que o parcelamento se dê na individualização da demanda de cada unidade, que deverá ser tratada e atendida de forma distinta. Assim, atende-se ao dispositivo legal, bem como potencializa-se a competitividade entre os fornecedores, que podem oferecer preços distintos em decorrência das peculiaridades de cada unidade e serviço a ser executado.

### **9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis**

Pretende-se com a contratação em tela atender às necessidades da Administração quanto a regularização dessa fossa séptica e assim poder finalizar a pavimentação do Campus nesse espaço e atender as questões de acessibilidade.

### **10. Providências para adequação do ambiente do órgão**

A Segurança do Trabalho do Campus fará o isolamento do local, visando evitar acidentes e deverá provi-



denciar capacitação da equipe de manutenção.

#### **11. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Incluir limpeza periódica.

#### **12. Declaração da viabilidade ou não da contratação**

A contratação de empresa para a realização de construção de fossa séptica mostra-se viável do ponto de vista técnico, razão pela qual não há óbices técnicos pela continuidade do processo, considerando também sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos e as necessidades da Área Requisitante.

Sugere-se o encaminhamento as demais áreas competentes com vistas a verificação da disponibilidade orçamentária, conformidade jurídica, autorização pela autoridade da Administração e demais procedimentos necessários.

#### **INDICAÇÃO DE SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES (EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO)**

**Requisitante:** Patric Douglas Griseli, Siape: 1786359, Administrador

**Integrante Requisitante:** Marcelo Laus Aurélio, Siape: 2376839, Técnico em Contabilidade

**Integrante Requisitante:** Érica de Souza Mazato, Siape: 2010750, Administradora

**Integrante Requisitante:** Joana Fontanela, Siape: 2163249, Técnica em Segurança do Trabalho

**Integrante Técnico:** Marcelo Bradacz Lopes, Siape: 1754373, Arquiteto



Emitido em 07/07/2020

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8/2020 - CLC/BLU (11.01.09.01.02.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 08/07/2020 09:26 )*

**ALDELIR FERNANDO LUIZ**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*CHEFE DE UNIDADE*

*DG/BLU (11.01.09.01)*

*Matrícula: 1801072*

*(Assinado digitalmente em 07/07/2020 18:35 )*

**PATRIC DOUGLAS GRISELI**

*DIRETOR - TITULAR*

*CHEFE DE UNIDADE*

*DAP/BLU (11.01.09.01.02)*

*Matrícula: 1786359*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **07/07/2020** e o código de verificação: **c96be2037f**